

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: SIGNIFICADO E DESAFIOS DE UMA VITÓRIA

JOVINIANO SOARES DE CARVALHO NETO *

É importante para todos nós, sociólogos, e, especialmente, para os que lutaram contra o regime militar e pela democratização do Brasil, o retorno da Sociologia ao 2º grau. Vinte e dois anos depois do fim do regime militar, mais de quarenta depois do golpe, estamos superando um dos últimos legados da Ditadura. Na luta por esta superação, uma das bandeiras tem sido, exatamente, o retorno do ensino de Sociologia e Filosofia. No momento em que comemoramos uma vitória, cabe não apenas recordar como também mapear as dificuldades, para que, hoje, numa realidade bastante diferente daquela dos anos 1960 e 1970, o ensino de Sociologia alcance seus objetivos, dos quais o mais amplo e permanente é – como sempre foi – contribuir para capacitar o jovem a exercer sua cidadania, ser, o mais plenamente possível, cidadão. Vale a pena relembrar o quadro no qual o regime militar tentou marginalizar e excluir os sociólogos, as Ciências Sociais e a Sociologia.

1. MILITARES CONTRA SOCIOLOGOS: DOIS EXEMPLOS

Na época do golpe de 1964, que se autodenominou “Revolução”, os militares, especialmente os da chamada “linha dura”, identificavam Sociologia com socialismo, socialismo com comunismo e comunista era todo aquele que apoiasse a mudança e a transformação social. Assim, para salvar o Brasil do comunismo, era preciso enfrentar a infiltração comunista que se encontrava em todos os lugares.

No Inquérito Policial Militar 709 sobre o comunismo no Brasil, o coronel relator Ferdinando de Carvalho denunciava que a primeira prioridade na infiltração comunista nas escolas e universidades eram as Faculdades de Filosofia, “pela duração pequena dos cursos e pela importância dos professores na doutrinação comunista” (apud **O comunismo no Brasil**, 1966: 222). Nas Faculdades de Filosofia estavam, como estão, muitos dos que produziam Sociologia e Filosofia e preparavam professores para ensiná-las no ensino médio. Em seu livro-reportagem, Zuenir Ventura (1988: 215-216) relatou o seguinte episódio: “O brigadeiro João Paulo Burnier, chefe de Gabinete do ministro da Aeronáutica, em 1968, doutrinava o capitão Sérgio Carvalho para ‘fazer avançar a história de maneira que livremos o Brasil do perigo comunista para a eternidade’. O que ele queria era explodir o gasômetro do Rio e a represa de Ribeirão das Lajes, provocando cerca de cem mil mortes e, depois, atribuir a ação aos comunistas, que, então seriam eliminados, inclusive jogados no mar a quarenta quilômetros de costa, como depois fizeram os militares argentinos. Sua opinião sobre quem era comunista era muito ampla, demonstrando o antiintelectualismo e a reação contra as mudanças de costumes. Conta Ventura (idem):

O capitão Sérgio perguntou: “Mas quem são na verdade os comunistas?”. O brigadeiro Burnier respondeu: “Todo mundo que tem

profissão liberal: artistas, advogados, sociólogos; sociólogos, então. Temos que desflorestar essa raça até a terceira geração, Sérgio”

Não nos “desflorestou”. A Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (ASEB), criada neste mesmo ano de 1968, continua existindo, tendo exercido um papel importante na luta pelo reconhecimento da profissão de sociólogo, sempre participando, com outras associações e, nos últimos anos, sob a liderança da Federação Nacional dos Sociólogos (FNS), da luta pela reintrodução do ensino de Sociologia no 2º grau. O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) nunca deixou de formar bacharéis e licenciados. Mas o pensamento reacionário atrasou, em quase duas gerações, o acesso dos estudantes do ensino médio à Sociologia e à Filosofia.

2. UMA LONGA HISTÓRIA

A luta pelo retorno de ensino de Sociologia foi longa, na medida mesmo em que a própria história deste ensino sempre enfrentou avanços e recuos, desde que, em 1891, ele foi proposto por Benjamim Constant. Um obstáculo, um empecilho, aliás, à própria aceitação das Ciências Sociais enquanto ciência, sempre foi o senso comum: todos têm opinião sobre os fenômenos sociais e, durante muito tempo, quem tinha preocupação ou pensamento social achava que poderia ser considerado “sociólogo”, que não se precisaria de treinamento específico para isto. Sem contar os que não viam a sociedade como um problema a ser estudado, considerando que a estrutura e as relações sociais eram “naturais”, isto é, correspondiam à natureza das coisas. Numa coisa os militares do “linha dura” tinham razão: para os que se opunham às transformações sociais, a Sociologia, de esquerda ou de direita (porque há Sociologia de direita), traz dentro de si uma ameaça, a ameaça de considerar a realidade social não como algo “natural” e permanente, mas como produto da *história, dos interesses e dos conflitos humanos*.

O outro grande obstáculo ou desafio ao ensino de Sociologia é que ele sempre esteve associado à formação para o *exercício da cidadania*. Depende dos objetivos propostos para o ensino médio, vinculados ou não a um projeto de *nação*. A oposição entre formar cidadãos ou mão de obra é uma simplificação, mas ajuda a entender a questão. Aliás, a Reforma de 1971 (Lei 5892/71), legado do ministro da Educação Jarbas Passarinho, excluiu o ensino de Sociologia dos Cursos Normais sob a justificativa de transformar o ensino médio, especialmente o público, em profissionalizante.

A relação entre a Sociologia e cidadania é antiga. Ao reabrir a possibilidade do ensino de Filosofia e Sociologia, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (Lei 9394/96) colocou como objetivo o “domínio dos conhecimentos necessários ao exercício da cidadania” (artigo 36, § 1º). Ecolia o objetivo da reforma proposta por Constant há 116 anos atrás, quando primeiro se propôs a instalação da disciplina no 1º e 2º graus. Positivista, ele considerava fundamental para a República a transformação dos súditos em cidadãos – e, para isto, a educação pública universal era básica e a Sociologia um instrumento. Só em 1925, no Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, escola federal que servia de padrão

para a formação de nível médio, surgiu a primeira disciplina, numa iniciativa de Fernando de Azevedo e ministrada por Delgado de Carvalho. No Brasil, a Sociologia se insere pelas Escolas Normais, o que vai dar grande ênfase à Sociologia da Educação, numa época em que a formação básica era a mais estruturada e ampla e o professor primário era muito valorizado. Em 1928, a Sociologia passou a integrar os currículos das Escolas Normais do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e do Recife (PE).

Depois da Revolução de 1930, mais precisamente em 1931, a Reforma da Educação realizada pelo ministro Francisco Campos ampliou o ensino de Sociologia para outros cursos. Por outro lado, o primeiro curso de Sociologia de nível superior foi organizado em 1933, em São Paulo, como reação à derrota de 1932. O objetivo da criação da Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (USP) era a formação das elites paulistas. Em 1942, a Reforma Capanema, do ministro Gustavo Capanema, retirou a obrigatoriedade da Sociologia nas escolas de 2º grau, permanecendo nas Escolas Normais. Mas a disciplina continuou sendo ensinada em muitas escolas. No Colégio Central da Bahia, por exemplo, era símbolo de excelência, e o concurso para a cátedra de Sociologia um acontecimento político e cultural.

A partir do golpe de 1964, como vimos, se abateu a perseguição contra os sociólogos e a Sociologia. Em 1967, a luta pela regulamentação da profissão de sociólogo, que nascera como Projeto Aniz Badra, em 1961-1962, na época da luta pelas Reformas de Base, foi derrotada. O Congresso Nacional aprovou, mas o presidente Humberto Castelo Branco vetou a lei, alegando que criaria privilégios para os diplomados e não permitiria separar as pesquisas sociológicas das outras pesquisas sociais. De 1968 a 1980 desenrolou-se a luta pelo reconhecimento da profissão de sociólogo, obtida, enfim, através da Lei 6.888, de 10 de dezembro de 1980, assinada, aliás, no dia dos Direitos Humanos, com sua regulamentação obtida pelo Decreto 89.531, de 5 de abril de 1984.

A luta pela reintrodução da Sociologia no 2º grau foi retomada pelas associações de sociólogos, especialmente a partir da década de 1980, de maneira que a disciplina passou a ser introduzida nos currículos a partir da correlação de forças em cada Estado. Em 1982, a Lei 7044/82 retirou a obrigatoriedade da profissionalização (Lei 5892/71), substituindo-a pela “preparação para o trabalho” e abrindo espaço para as disciplinas optativas. Em 1986, o Conselho Federal de Educação (CFE) recomendou o ensino de Filosofia como parte do núcleo comum do 2º grau. A Sociologia permaneceu na parte diversificada.

Em 1996, a LDB fez a referência à Filosofia e à Sociologia como elementos para a cidadania. Em 1997, iniciou a tramitação do Projeto de Lei (PL) 3178-B, que tornaria o ensino de Sociologia obrigatório. Em 2001, foi aprovado pelo Congresso mas, em 9 de outubro de 2001, o Diário Oficial da União publicou o veto do presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso. FHC endossou a justificativa preparada pelo ministro da Educação, segundo a qual (1) o projeto geraria aumento de despesas impossíveis de serem assumidas por Estados e

Municípios e (2) não havia número suficiente de professores. Anteriormente, tal argumentação fora colocada sem sucesso no Senado pelo líder do governo, com o projeto vencendo por 40 a 20. Na verdade, vários Estados já mantinham a disciplina na sua grade, a reação vindo muito mais das escolas particulares. Por sua vez, faltam cerca de duzentos mil professores de matemática, química e física mas nem por isso se alega que seu conteúdo possa ser dado de forma transversal. A luta reiniciou até a Resolução 4, de 16 de agosto de 2006, na qual o CFE instituiu a obrigatoriedade da disciplina, determinando um ano para implantá-la.

3. DIFICULDADES PARA ENSINAR SOCIOLOGIA

A reimplementação do ensino de Sociologia no 2º grau enfrenta dificuldades. Na ASEB e na FNS temos um levantamento, a partir de estudos preliminares, sobre tais dificuldades, que vamos apresentar resumidamente:

1. *Pequena carga horária*. Não se pode ensinar Sociologia, ou qualquer outra disciplina, com apenas uma hora de aula semanal. É um dos elementos da desvalorização da disciplina pelos estudantes e pelos próprios professores, que, muitos vindos de outras áreas, consideram a Sociologia como complementação de carga horária;

2. *Falta de embasamento teórico*. Aqui há três questões. Uma mais ligada a professores oriundos de outras áreas. Pode-se e deve-se utilizar revistas e jornais para contextualizar e atualizar a discussão de problemas sociais, mas é preciso dominar conceitos para não se cair no senso comum. Outra questão é a falta de embasamento dos alunos, que têm dificuldade para encontrar material (livros, inclusive) produzido sob o ângulo sociológico. Finalmente, ocorre a pouca experiência, ou até espaço na escola, para exercitar o pensamento crítico. Nisto, aliás, a interação com o ensino de Filosofia pode auxiliar as duas disciplinas.

É necessário formar licenciados preparados para ensinar Sociologia no ensino médio, redefinir projetos pedagógicos, explicitar as alternativas de modelos de ensino e programas e produzir material de apoio adequados. Além destas dificuldades, os professores têm apontado uma outra, que não é exclusiva da Sociologia, ainda que nela possa ser maior em virtude da reduzida carga horária e pelo fato da mesma não entrar no vestibular: a questão central do *desinteresse dos estudantes*. Não podemos, muito menos como sociólogos, aceitar isto como um dado da realidade. Por que a escola não despertaria interesse? De onde viria esta alegada apatia, este desinteresse pela compreensão da sociedade e da possibilidade de ação sobre ela? De onde viria o eventual refluxo do sonho, dos grandes projetos coletivos para a concentração em projetos grupais ou individuais de menor porte?

A sociedade de hoje não é a da década 1960-1970 – é mais complexa, os projetos de mudança global foram repensados, a ponto de, até, apressados ideólogos neoliberais terem anunciado o “fim da história e da política”, além do que questões sociais transversais (como direitos humanos, gênero, etnia e meio ambiente) ampliaram o leque das análises. As Ciências Sociais, dentre

elas a Sociologia, após a crise do marxismo e a ascensão do pensamento neoliberal, defrontaram-se com uma crise de paradigmas. Os temas sociais a serem investigados se diversificaram e os modelos de análise também.

Precisamos conhecer a sociedade. Mas, se buscamos um ensino eficaz (promotor, democrático e libertador), precisamos conhecer os jovens. Eles são de uma geração formada sob a influência dos meios audiovisuais e não, como nós, da leitura de livros. Por uma série de circunstâncias – e há sociólogos estudando isto –, em muitos, a ênfase na participação política como modo de afirmação de identidade, característica dos anos 60 e 70, foi substituída pela participação em movimentos culturais (*rap*, *pagode*, *hip-hop*) e esportivos. A afirmação da identidade e o estabelecimento de relações sociais utilizam também meios eletrônicos, para o bem ou para o mal. Estamos na época da construção da realidade pela televivência e parte da inserção no mundo se dá pelo uso de marcas e meios virtuais – amigos no *orkut*, bate papo na *internet*, música pelo MP3.

Colocando o jovem na sociedade e o ensino de Sociologia na educação, podemos nos lembrar que a educação não ocorre apenas na escola e que reflexão, crítica e cidadania incluem atividades na sociedade – algumas até podendo ser induzidas a partir da escola. Uma outra questão é que a Sociologia pode aperfeiçoar o olhar e a compreensão do mundo, mas caberá a cada pessoa decidir como atuar nele. O fato de que eu atuo visando a transformação da sociedade em algo mais justo e igual não me faz esquecer que alguns desejam compreender a sociedade para se ajustar a ela. Finalmente, uma disciplina que visa preparar para a análise crítica e a cidadania deve incorporá-la no seu método de ensino. Vencendo estes desafios poderemos dizer que valeu nossa luta e que a Sociologia não será apenas mais uma disciplina, mas um veículo para a formação de cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, Lejeune Mato Grosso de e Matos, Sérgio Sanandaj. **Sociólogos e Sociologia: história de suas entidades no Brasil e no mundo.** Volume 1. São Paulo, Anita Garibaldi, 2005.
- O Comunismo no Brasil. Volume 2: A conspiração, a Infiltração.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966.
- Ventura, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

* Joviniano Soares de Carvalho Neto é sociólogo, ex-presidente da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia (ASEB), presidente da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) e membro da Equipe Editorial dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Solidariedade e paz: elementos para a leitura de uma Campanha” (**Cadernos do CEAS**, 217: 11-25. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, mai.-jun., 2005). [bertino@terra.com.br]

ANEXO

CARTA DE SALVADOR PARA A SOCIOLOGIA

Nós, participantes da 1ª *Oficina de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio*, organizada pela Secretaria de Educação da Bahia, através do Instituto Anísio Teixeira (IAT), conscientes da responsabilidade histórica de acelerar o processo de reinserção, como disciplina obrigatória, conforme Resolução nº 04/2006, da Sociologia nas escolas da Bahia, decidimos proclamar nossa posição sobre a importância e o significado do ensino de Sociologia.

Constatamos, inicialmente, que o ensino de Sociologia sempre foi visto, no Brasil, como um instrumento tanto de construção de cidadania quanto de compreensão e intervenção na realidade social.

Cidadania é uma palavra que, desde sua origem na Grécia, significa o direito e a capacidade de participar das decisões referentes aos destinos da sua cidade, estado, país.

A preparação dos jovens para participar das decisões exige, além de liberdade para pensar e se organizar, o conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, de como a sociedade se organiza e nela atuam os vários grupos sociais, dos grandes temas e problemas que, em cada momento histórico e cada região do mundo, os homens debatem e enfrentam.

A contribuição da Sociologia é fundamental para que este conhecimento seja mais objetivo e ultrapasse o senso comum e os preconceitos.

A primeira e fundamental contribuição da Sociologia é mostrar que o fato social, ainda que se imponha como objetivo e externo aos indivíduos, é um produto da história, dos interesses e das alternativas colocadas em cada sociedade. A realidade social é uma construção dos homens e a Sociologia fornece instrumentos não apenas para conhecê-la como para transformá-la.

Reconhecemos que, exatamente, a associação da Sociologia com a possibilidade da transformação da sociedade, rejeitando as visões que concebem as estruturas e comportamentos sociais como “naturais” e, no essencial, imutáveis, esteve na base da ação do regime militar que, no Brasil, retirou a disciplina dos currículos e da reação que tanto retardou sua reintrodução.

O retorno de Sociologia é uma promessa de capacitação dos jovens para pensarem e atuarem como cidadãos frente a problemas coletivos. O nosso compromisso como sociólogos e professores de Sociologia é fazer com que esta promessa seja cumprida.

Reafirmamos aqui o princípio da educação pública de qualidade como condição essencial para a consolidação da democracia no Brasil, através da garantia do pleno exercício da cidadania dos jovens e adultos.

Para isto, consideramos necessário que:

1. O ensino de Sociologia no curso médio seja implantado com, no mínimo, 02 (duas) horas semanais, e que seja inserido nas grades curriculares, em todas as séries do ensino médio, da rede pública e particular, de acordo com diretrizes, metas e prazos formulados pelo Estado;
2. O ensino de Sociologia deve ser realizado por professores licenciados em Ciências Sociais ou Sociologia, para o que devem ser realizados concursos públicos e oferecidos cursos de licenciatura ou atualização para os que, hoje, ministram a disciplina sem a devida qualificação;
3. O Governo do Estado precisa continuar a investir na formação e capacitação dos docentes de Sociologia, oferecendo seminários, oficinas e cursos de especialização, de modo a fomentar a criação de uma comunidade de professores de Sociologia no ensino médio;
4. Mantidos os conteúdos clássicos da Sociologia quanto a conceitos e temas, devem ser reestruturados os programas de modo que a adequada instrumentação teórica ao mesmo tempo ultrapasse a superficialidade e o senso comum e permita ao jovem problematizar os atuais desafios à sua compreensão e atuação no mundo. A Sociologia deve fornecer instrumentos para, a partir do Brasil e da Bahia, interpretar questões como desemprego, desigualdade e direitos humanos, etnia e gênero, meio ambiente, expressão religiosa, inclusão social e cultura baiana. E, assim, o jovem, com liberdade, terá condições para organizar uma visão de mundo coerente e que lhe dê sentido;
5. Realização de pesquisas que dimensionem o conhecimento sociológico (pesquisas, teses e dissertações) produzido no Estado sobre a realidade baiana, de modo a qualificar um projeto pedagógico para o ensino da Sociologia que responda às nossas necessidades. Enfim, uma Sociologia com uma “cara” baiana;
6. Inclusão da pesquisa no ensino médio, de forma a garantir a indissociabilidade entre ensino e pesquisa;
7. Como professores, conscientes do papel da Sociologia na formação dos nossos alunos, estamos comprometidos em elaborar metodologias e, com os alunos, exercitar práticas de ensino crítico e emancipador.

Enfim, sabemos que a Sociologia, ao preparar para a cidadania, é veículo para a democracia.

Salvador, 27 de abril de 2007.

(segue a assinatura de 41 sociólogos/as)